

# A comunicação não-violenta: potencial no desenvolvimento de competências em deliberação coletiva na educação básica

*Non-Violent Communication: Potential In Developing Skills  
In Collective Deliberation In Basic Education*

**Marta Luciane Fischer<sup>1</sup>**  
**Alex Aparecido Da Silva<sup>2</sup>**

## Resumo

Partindo da hipótese de compatibilidade da técnica Comunicação Não-Violenta (CVN) com os pressupostos bioéticos, objetivou-se avaliar as dimensões de aplicação da CVN em estudos científicos. Para tal, procedeu-se uma revisão integrativa, sendo recuperados 361 artigos dos quais e 30 foram analisados criticamente. Foi atestada a aplicação em diferentes contextos culturais, geográficos e acadêmicos, especialmente na educação básica, contudo condicionado a uma psicoeducação para o desenvolvimento de competências socioemocionais dos estudantes, equipe pedagógica e família. Os valores mobilizados confluíram com pressupostos da Bioética Deliberativa, Principalista, Intervencionista e Ambiental, demonstrando o potencial para a promoção de uma educação para a paz e para o compromisso e o engajamento socioambiental para um futuro factível.

**Palavras-chaves:** Bioética deliberativa; Direitos humanos; Educação para a paz; Engajamento; Psicoeducação.

## Abstract

Starting from the hypothesis of compatibility of the non-violent communication technique with bioethical assumptions, the objective was to evaluate the dimensions of application of NVC in scientific studies. To this end, an integrative review was carried out and 361 articles were retrieved, 30 of which were critically analysed. The application has been proven in different cultural, geographic and academic contexts, especially in basic education, however conditioned to psychoeducation for the development of socio-emotional skills of students, teaching staff and families. The mobilized values converged with assumptions of

1. Bióloga, Artista Plástica, Mestre e doutora em Zoologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. <https://orcid.org/0000-0002-1885-0535>. marta.fischer@pucpr.br.

2. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Bioética da PUCPR. Professor de Ciências na Secretaria de Estado da Educação e Esporte do Paraná. <https://orcid.org/0009-0007-4277-867X>, alex\_a.silva@yahoo.com.br

Deliberative, Principalist, Interventionist and Environmental Bioethics, demonstrating the potential for promoting education for peace and socio-environmental commitment and engagement for a feasible future.

**Key words:** Deliberative bioethics; Human rights; Education for peace; Engagement; Psychoeducation.

## 1. Introdução

**A** humanidade se diferencia dos animais não humanos pela linguagem simbólica que permitiu o aprimoramento da comunicação, a potencialização da abstração e o raciocínio (Tattersall, 2009). Provavelmente, antes de conseguir expressar em palavras ou símbolos, o ancestral humano já tinha desenvolvido a capacidade de leitores de mentes, procurando não apenas deduzir o que passava na mente de seus pares, mas também de criar estratégias para que eles não conseguissem acessar a sua própria mente. O desenvolvimento tecnológico direcionou a evolução para o aprimoramento da comunicação, conduzindo as aldeias de 150 pessoas para uma aldeia global de mais de 8 bilhões de habitantes (Harari, 2013).

A globalização pronunciada após a Segunda Guerra Mundial, com avanço das tecnologias de produção, comunicação e transporte propiciaram o contato com múltiplas culturas gerando oportunidades inéditas para humanidade, contudo, demandando uma fluidez para mudanças rápidas nas estruturas sociais, econômicas, ambientais e éticas (Bauman, 2021). Unificar as nações transpõe as relações comerciais e legais, demandando por uma comunicação que é comprometida por valores e interesses conflitantes, resultantes em problemas complexos, plurais e globais (Fischer *et al.*, 2017). Estes, são resolvidos, muitas vezes, de forma imediata, a partir da formação de ‘níchos sociais’ que, mesmo dentro de espaços multidimensionais como a Internet, tem levado às polarizações e à credibilidade de que as informações do seu grupo são universais (Bauman, 2007).

As sociedades contemporâneas, com a demanda por tomada de decisões complexas, precisam de deliberações em espaços de coletividade. Contudo, necessitam de ferramentas que acolham as percepções, representações, valores e interesses plurais, especialmente quando atrelados a problemas socioambientais (Fischer *et al.*, 2017). Perspectiva, essa, que compõe os pressupostos da Bioética, uma ciência dialogante, que identifica e mitiga vulnerabilidades na perspectiva multidisciplinar, especialmente associando um viés humanista para o desenvolvimento tecnocientífico (Durand, 2010). A Bioética Deliberativa emerge nesse cenário, promovendo um diálogo reflexivo e participativo entre diferentes atores de conflitos éticos, aplicada cientificamente na área clínica, visando a autonomia do paciente, em questões sociais como a participação comunitária em conselhos municipais, em grupos deliberativos virtuais e em questões ambientais (Zoboli, 2012, Gomes; Aparisi, 2017; Fischer *et al.*, 2022a).

O processo deliberativo implica em etapas essenciais para a tomada de decisão ou esclarecimento de um curso de ação, sendo que a análise objetiva dos fatos deve elucidar a reflexão, a compreensão dos valores e a consideração dos deveres para encontrar soluções que respeitem o vulnerável e assegure a autonomia de suas escolhas (Zoboli, 2012). Para a promoção da comunicação eficaz utiliza-se de ferramentas, tais como seminários, fóruns, comitês, conferências, congressos, simpósios, assembleias e arte. Bem como metodologias específicas como a ‘inteligência estratégica antecipava e coletiva’ (Janissek-Muniz; Leska; Freitas., 2006), ‘métodos de borda e análise hierárquica’ (Cruz; Cunha; Fontanillas, 2012), ‘sistemas de apoio à decisão em grupo e auxílio à decisão com múltiplos critérios’ (Matsatsini; Grigoroudis; Samaras, 2005), gameficação (Prigozhin, 1991) e fóruns, redes sociais, *stream*, imagens e notícias no ambiente virtual (Mendonça, 2013).

Um método de deliberação associado ao exercício prático da bioética com a sociedade foi proposto por Fischer *et al.* (2022a). Inicialmente, os espaços coletivos na dimensão presencial acolheram estudantes do ensino fundamental que debatiam questões bioéticas reais por meio da escuta, fala, identificação dos argumentos e valores dos atores e das vulnerabilidades, mas, principalmente, por meio do diálogo orientava por soluções consensuais e justas. Com o advento do enfrentamento da Pandemia da Covid-19, o método foi adaptado, aplicado e validado para o ambiente remoto. No ensino básico Fischer *et al.* (2022b) alertaram que a inserção da bioética demanda por ferramentas de comunicação adaptáveis a um público diverso, em termos de desenvolvimento físico, mental, cognitivo e moral. Logo apresentaram uma série de propostas para o desenvolvimento de competências de comunicação de deliberação.

Dentre as ferramentas de comunicação desponta, desde o início do milênio 2000, a Comunicação Não Violenta (CNV), conceituada pelo psicólogo norte-americano Marsall Rosenberg como um método voltado ao diálogo que resguarda os princípios de empatia e compaixão. Com premissas de escuta ativa e didaticamente estruturada em quatro passos: observação objetiva, expressão dos sentimentos, identificação das necessidades e pedido de ação concreta (Rosenberg, 2006).

Para Rosenberg, a comunicação é motivada pelo desejo de atender às necessidades básicas universais, como conexão, segurança, autonomia, reconhecimento e contribuição. Logo, busca-se, através da expressão de sentimentos, compartilhar necessidades, resolver conflitos, construir relacionamentos e encontrar soluções para problemas comuns. Consequentemente, o sucesso do processo é a capacidade de se conectar com as próprias necessidades e as dos outros de forma autêntica e empática, buscando soluções que levem em consideração o bem-estar de todos. Sua aplicação pressupõe habilidades que podem ser desenvolvidas em espaços formais de ensino

fundamental e médio, bem como em grupos de estudos presenciais e remotos, institutos e cursos técnicos e superior (Santos, 2018; Remígio, 2020; Malagari, Lopes; Schlesner, 2021). Segundo Almeida, Roballo e Oliveira (2020), a educação está entre os setores cujas políticas públicas é mais beneficiada pela CNV.

A CNV foi aplicada por Rosenberg (2006) em mais de 60 países na mediação de conflitos de relacionamento entre escolares, rixas de gangues em comunidades, lideranças políticas, até situações de guerra. Atualmente, os diversos setores da sociedade se utilizam desta ferramenta na implementação de políticas públicas educacionais, de saúde e de assistência social (Almeida; Roballo; Oliveira, 2020), considerando principalmente que a violência é um fenômeno explícito nas escolas (Marques, 2015) e nas famílias (Iabiapina, 2015). Nas organizações e instituições privadas a CNV é aplicada, visando superar desavenças relacionadas ao sexismo, dificuldades de entrosamento, estresse e saúde mental (Trindade, Cruz e Trindade, 2017; Monteiro, 2020; Campo; Parzianello, 2021; Tobase, 2022).

Parte-se da premissa que os pressupostos da CNV são compatíveis com os da bioética personificando o papel de ponte de comunicação entre atores com linguagens, valores e interesses díspares. Logo, a presente pesquisa teve como pergunta norteadora como a CNV tem sido abordada e aplicada cientificamente, testando a hipótese de, mesmo diante de diferenças nos cenários nacionais e internacionais, há um potencial de ser utilizada em espaços deliberativos formativos, especialmente no ensino básico. Este estudo se justifica na necessidade crescente de engajamento socioambiental, contudo, carente de ferramentas capacite os cidadãos para viabilizarem uma comunicação sem ruídos. Assim, objetivou-se avaliar as dimensões de aplicação da CNV em estudos científicos no contexto da educação básica.

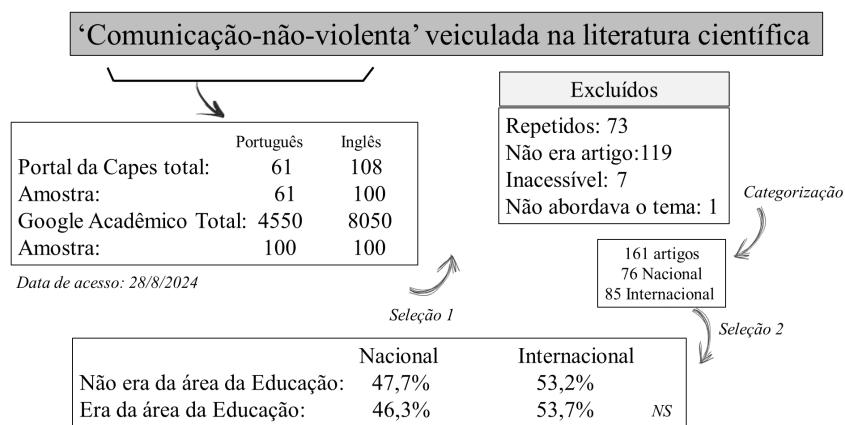
## 2. Metodologia

A presente pesquisa se classifica como quantitativa, transversal e bibliográfica, consistindo em uma Revisão Integrativa conduzida conforme os critérios apresentados por Jackson (1980) e Whittemore (2007).

A elaboração da pergunta norteadora partiu do potencial de sinergia vislumbrando entre a CNV e a Bioética, constituindo no questionamento como a CNV tem sido abordada na pesquisa científica nacional e internacional. Para amostragem, foram realizadas pesquisas nas bases de dados Google Acadêmico (GA) e Portal da CAPES, por meio da aplicação do termo “comunicação não violenta” e “*non violent communication*”. No caso das pesquisas em que houve mais de 100 indicações, conforme orientações de Jackson (1980), foram analisadas as 100 primeiras, destacadas conforme a relevância.

A coleta de dados se deu conforme os critérios de inclusão, sendo inicialmente excluídos: citações, artigos não disponibilizados na íntegra, artigos em duplicidade e que não abordassem o tema de estudo. Os artigos incluídos na primeira fase ( $N=161$ ), foram categorizados conforme os critérios previamente determinados: a) ano da publicação; b) país da pesquisa; b) CNV objeto ou sujeito da pesquisa; c) método teóricos e práticos; d) temas abordados. A partir dessas análises foram incluídos apenas os artigos que abordavam a CNV na educação ( $N= 54$ ), sequentemente categorizados quanto ao público-alvo e os métodos de pesquisa. Na terceira fase, foram incluídos apenas as pesquisas realizadas na educação básica ( $N=30$ ), categorizadas conforme: público-alvo, dimensão formal ou não formal, propósito, referenciais teóricos, documentos citados e aplicação. Na última fase para análise crítica foram incluídas as pesquisas práticas realizadas em educação básica ( $N=19$ ) nas quais foram analisadas qualitativamente segundo os procedimentos e valores éticos trabalhados (Figura 1).

**Figura 1:** Síntese da revisão integrativa sobre a comunicação não violenta na literatura científica.



A análise dos dados quantitativos se deu por meio da comparação da categorização e subcategorização no cenário nacional e internacional obtido pelo teste não paramétrico do qui-quadrado, sendo considerado como hipótese nula a homogeneidade da amostra a uma significância de 95% e erro de 5%. Enquanto para análise qualitativa se considerou os valores éticos trabalhos pela Bioética Principalista (Paranhos, 2017), Bioética Deliberativa (Zoboli, 2012), Bioética de Intervenção (Garrafa, 2005) e Bioética Ambiental (Fischer *et al.*, 2017).

## Resultados

Os dados obtidos na presente revisão integrativa demostram diversidade de abordagem da técnica da CNV na literatura científica, especialmente nas últimas duas décadas. A abrangência internacional foi relativa a 28 países, com maior

representatividade dos Estados Unidos da América. As pesquisas contemplaram seis áreas do saber, com predominância da Humanidades, com as investigações internacionais beneficiando mais a área biomédica do que as nacionais, enquanto estas se diferenciaram por apresentem mais pesquisas na área de negócios (Figura 2).

**Figura 2:** Categorização dos artigos sobre a comunicação não violenta na literatura científica.

Abordagem da ‘Comunicação-não-violenta’ na literatura científica		
Ano de Veiculação	Local	
1998-2010: 6,21%	<b>Brasil: 47,2%;</b> EUA: 16,1%, Alemanha: 4,9%, Coreia: 3,7%, Reino Unido: 2,4%, China: 2,5%, Sérvia: 2,5%, Canadá: 1,2%, Bósnia: 1,24%, Itália: 1,24%; Espanha: 1,24%; Turquia: 1,24%; Tailândia: 1,24; Irã: 1,25%, Rússia: 1,24%; Holanda: 1,24%; Áustria: 0,6%. Costa Rica: 0,6%, Egito: 0,6%, Etiópia: 0,6%, França: 0,6%, Índia: 0,6%, Jerusalém: 0,6%, Lituânia: 0,6%, México: 0,6%, Polônia: 0,6%, Portugal: 0,6%, , Térra: 0,6%, África do Sul: 0,6%; Bangladesh: 0,6; Naíbia: 0,6%	
2011-2020: 59,63%		
2021-2024: 34,16%		
Área de Estudo		
	Nacional	Internacional
Humanidades:	51,3%*a	64,7%*a
Biológicas:	13,1% a	24,7%b
Negócios:	18,4%a	3,5%b
Comunicação:	3,9%a	1,2%a
Direito:	11,8% a	5,9%a
Exatas:	1,3% a	0a
$\chi^2_{(5)}=27,6$ ; P<0,001		
Temas (Nacional/Internacional)		
<b>Educação: (31,5%, 32,5%),</b> Instituições/Organizações: (13,7%, 5%), Epistemologia: (12,3%, 8,75%), Saúde (Paciente, Equipes, Saúde mental): (12,3%, 20%), Assistência Social (Comunidade, encarcerada): (0%, 11,25%), Mediação: (9,6%, 0%), Psicologia: (5,5%, 17,5%), Engenharia de software e sistemas de informação: (4,1%, 0%), Linguística: (4,1%, 0%), Comunicação social: (2,7%, 1,25%), Marketing: (1,4%, 0%), Relações internacionais: (1,4%, 0%), Teologia: (1,4%, 0%), Ambiente: (0%, 1,25%), Esporte: (0%, 1,25%), Redes sociais: (0%, 1,25%)."		
Metodologia		
<b>Nacional</b> <b>Internacional</b>		
Teórico:	56,8%*a	27,1%b
Prático:	43,4%a	72,9%*b
$\chi^2_{(1)}=26,8$ ; P<0,001		
Objeto		
<b>Nacional</b> <b>Internacional</b>		
Instrumento:	18,5%a	9,4%b
Objeto:	81,5%*a	90,6%*a
$\chi^2_{(1)}=4,4$ ; P<0,001		

Os valores foram comparados entre as categorias e entre as variáveis por meio do teste do qui-quadrado, sendo as diferenças significativas (P<0,05) acompanhadas por asterisco (\*) e letras distintas, respectivamente.

## A técnica da Comunicação Não-Violenta aplicada na Educação

As publicações nacionais se diferenciaram por desenvolverem mais pesquisas aplicadas à educação básica, enquanto as internacionais se destacaram por intervenções práticas no ensino superior (Figura 3). As pesquisas envolvendo o ensino básico se mostram mais diversas em metodologias de estudos teóricos e práticos do que o superior, contudo com predomínio de pesquisas qualitativas (Figura 3).

A aplicação da CNV no ensino básico se diferenciou no cenário nacional por envolver os educadores e a comunidade escolar, enquanto a maior frequência de pesquisas contemplando apenas estudantes foi registrado nos artigos internacionais. A dimensão de mobilização da técnica se pronunciou no ensino formal proporcionalmente com o propósito da formação estudantil e docente (Figura 4).

**Figura 3:** Categorização dos artigos sobre a comunicação não violenta aplicada à educação na literatura científica.

A ‘Comunicação-não-violenta’ aplicada à área da Educação																										
Nível de Ensino Nacional/Internacional																										
<b>Ensino Básico:</b> <u>70%*a</u> e 30%b (Ensino Infantil: (8%, 4%), Ensino Básico: (40%, 12%), Ensino Fundamental: (8%, 16%), Ensino Médio: (8%, 0%), Ensino Técnico: (4%, 0%))																										
<b>Ensino Superior:</b> 21%a e <u>79%*b</u> (Universidade: (8%, <b>52%</b> ), Seminários Religiosos: (0%, 4%), Formação de Professores: (12%, 0%), Comunidade Local: (12%, 8%))																										
Métodos de Pesquisa																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ensino Superior</th> <th>Nacional</th> <th>Internacional</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Teórico: Prático:</td> <td>25%<sup>a</sup> 75 %<sup>a</sup></td> <td>16,7%<sup>a</sup> <b>83,3%*a</b></td> </tr> </tbody> </table> <p><b>Ensino Superior nacional/internacional</b>  <b>Teórico:</b> Bibliográfica - Exploratória (20,0%; 4,8%); Bibliográfica - Documental (20,0%; 4,8%); Bibliográfica - Narrativa (0%; 4,8%); Ensaio crítico (0%; 4,8%).  <b>Prático:</b> Pesquisa-ação (palestras, oficinas, situações-problema, oficinas e jogos interativos, demonstrações, atividades em grupo, discussões em grupo, diário de campo, representação) (0%; 23,8%); Processo (0%; 9,5%); Quase-experimental (0%; 42,9%); Relato de experiência (oficina, cursos, atividade em grupo e dinâmicas) (60,0%; 4,8%)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Qualitativo:</th> <th>Nacional</th> <th>Internacional</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quantitativo:</td> <td>100%<sup>a</sup> -</td> <td>73,3%<sup>a</sup> 36,4%<sup>a</sup></td> </tr> </tbody> </table>	Ensino Superior	Nacional	Internacional	Teórico: Prático:	25% <sup>a</sup> 75 % <sup>a</sup>	16,7% <sup>a</sup> <b>83,3%*a</b>	Qualitativo:	Nacional	Internacional	Quantitativo:	100% <sup>a</sup> -	73,3% <sup>a</sup> 36,4% <sup>a</sup>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ensino Básico</th> <th>Nacional</th> <th>Internacional</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Teórico: Prático:</td> <td>47,4%<sup>a</sup> 52,6%<sup>a</sup></td> <td>25%<sup>a</sup> 75%<sup>a</sup></td> </tr> </tbody> </table> <p><b>Ensino Básico nacional/internacional</b>  <b>Teórico:</b> Bibliográfica - Exploratória (27,6%; 0%); Bibliográfica - Documental (3,4%; 0,0%); Bibliográfica - Sistemática (0%; 7,7%); Bibliográfica - Narrativa (0%; 7,7%); Bibliográfica - Integrativa (3,4%; 0%); Ensaio crítico (0%; 15,4%).  <b>Prático:</b> Pesquisa-ação (palestras, oficinas, situações-problema, oficinas e jogos interativos, demonstrações, atividades em grupo, discussões em grupo, diário de campo, representação) (10,3%; 0%); Processo (0%; 23,1%); Quase-experimental (0%; 30,8%); Relato de experiência (oficina, cursos, atividade em grupo e dinâmicas) (37,9%; 15,4%); Questionário (13,8%; 0%); Entrevista (3,4%; 0%).</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Qualitativo:</th> <th>Nacional</th> <th>Internacional</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quantitativo:</td> <td>70%<sup>a</sup> 30%<sup>a</sup></td> <td>83,3%<sup>a</sup> 16,4%<sup>a</sup></td> </tr> </tbody> </table>	Ensino Básico	Nacional	Internacional	Teórico: Prático:	47,4% <sup>a</sup> 52,6% <sup>a</sup>	25% <sup>a</sup> 75% <sup>a</sup>	Qualitativo:	Nacional	Internacional	Quantitativo:	70% <sup>a</sup> 30% <sup>a</sup>	83,3% <sup>a</sup> 16,4% <sup>a</sup>	
Ensino Superior	Nacional	Internacional																								
Teórico: Prático:	25% <sup>a</sup> 75 % <sup>a</sup>	16,7% <sup>a</sup> <b>83,3%*a</b>																								
Qualitativo:	Nacional	Internacional																								
Quantitativo:	100% <sup>a</sup> -	73,3% <sup>a</sup> 36,4% <sup>a</sup>																								
Ensino Básico	Nacional	Internacional																								
Teórico: Prático:	47,4% <sup>a</sup> 52,6% <sup>a</sup>	25% <sup>a</sup> 75% <sup>a</sup>																								
Qualitativo:	Nacional	Internacional																								
Quantitativo:	70% <sup>a</sup> 30% <sup>a</sup>	83,3% <sup>a</sup> 16,4% <sup>a</sup>																								

Os valores foram comparados entre as categorias e entre as variáveis por meio do teste do qui-quadrado, seno as diferenças significativas ( $P<0,05$ ) acompanhadas por asterisco (\*) e letras distintas, respectivamente. Fonte: os autores

A presente revisão demostrou que a composição de uma pesquisa com CNV envolve a sinergia com inúmeros referenciais teóricos relacionados com a comunicação, desenvolvimento, educação, comportamento e valores (Figura 5). As intervenções de comunicação que envolveram sujeitos com características biológicas, psicológicas, sociais, culturais e econômicas dispares, indubitavelmente envolverá a administração de variáveis relevantes na intermediação de uma deliberação coletiva, assim como a mobilização de diferentes documentos (Figura 5), com destaque para o documento da UNESCO para educação do século XXI e um respaldo para a BNCC.

## Síntese das pesquisas práticas que envolvem CNV no ensino básico

As pesquisas integradas na presente revisão foram relativas a 19 artigos científicos, sendo 12 nacionais. As pesquisas desenvolvidas no Brasil por Santos (2018), Remígio (2020), Botler (2020), Loos e Zeller (2007), Souza e Santos (2019), Weiller e Freitas (2023), Pereira et al. (2024), Knoener, Santos e Duarte (2022) e Gigoski e Pacheco (2024) inseriram a perspectiva da CNV na escola como ferramenta para enfrentar a violência. Santos (2018) aplicou questionários em escolas de Sergipe constatando que a CNV

pode ser uma alternativa principalmente contra a violência verbal cujos agressores também são as vítimas. Contudo, entendeu a necessidade de sinergia com a Educação para a Paz e a transposição da capacitação profissional para o envolvimento familiar na transformação da escola em um ambiente pacífico. Botler (2020) constatou que a motivação de estudantes do ensino médio para atitudes violentas está associada com sentimentos de injustiça, ressaltando que enquanto brasileiros alicerçam as soluções em infraestrutura e atitudes individuais, os portugueses enfatizam as relações interpessoais e responsabilidades coletivas.

Gestores, mediadores, professores e estudantes paulistanos compreendem os pressupostos da CNV, mas segundo Knoener, Santos e Duarte (2022) ainda demostram dificuldades em transpor para uma prática diária e internalizada. Uma solução pode ser a proposta de Remígio (2020), de facilitadores de práticas restaurativas como potencial para acolhimento e minimização de tensões de questões cotidianas. Ainda assim não abstém da necessidade da institucionalização da prática. Por outro lado, Loos e Zeller (2007) e Pereira *et al.* (2024) aplicaram atividades em estudantes do ensino básico de uma escola de Curitiba e de São Paulo, visando desenvolver habilidades de percepção, comunicação, cooperação e autoestima. Um ponto de confluência entre as pesquisas é que a CNV na escola transforma o ambiente em um espaço seguro e construtivo, desde que capacite a equipe e envolva todos os atores da escola, a família e a comunidade. Corroborando com Weiller e Freitas (2023) e Souza e Santos (2019) quanto à necessidade de capacitação do docente.

Momentos específicos de uma aula, como a chamada, foi identificado por Oliveira (2019), como potencialmente violento, pois professor não consegue administrar as suas necessidades em realizar uma atividade burocrática e os alunos em socializarem. Assim, a imposição de autoridade, ameaças e geração de tensão pode comprometer o andamento das intervenções pedagógicas. A aplicação dos princípios da CNV foi efetiva na diminuição de tensão, reverberando no aprendizado e atitudes respeitosas em momentos subsequentes. Weiller e Freitas (2023) propuseram círculos e construção de paz nas cerimônias de abertura e fechamento das aulas como instrumentos para vivências de práticas restaurativas.

No contexto internacional houve igualmente a preocupação em desenvolver métodos para minimização da violência. Arnesen-Trunzo (2015), Dzaferovic (2018) e Maksimovic, Milanovic e Zajic (2022) na Sérvia; Suzic *et al.* (2018) e Vukanovic (2022), na Bósnia e Havryliv (2020) na Áustria, compreenderam a escola como o espaço ideal para prevenção da violência por meio da CNV e desenvolvimento de habilidades de resolução de conflitos, promoção de ambiente saudável e respeitoso, reiterando a inoperância da abordagem tradicional. Arnesen-Trunzo (2015) propuseram “cartões

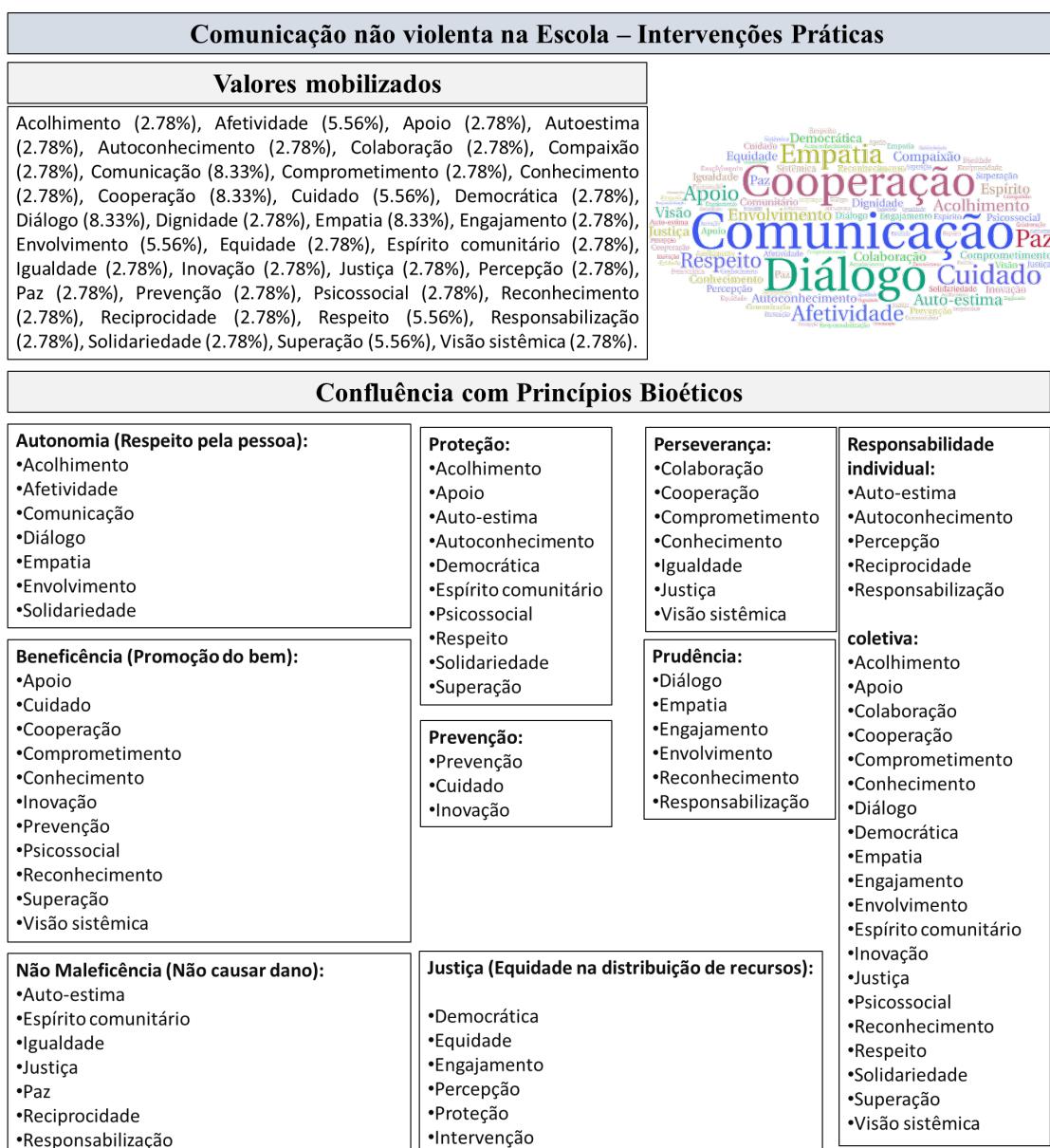
de comunicação compassiva” como ferramenta para estudantes chineses. Mesmo em nações desenvolvidas como a Áustria, foi identificada a necessidade de curricularização da CNV (Havryliv, 2020) e um papel de destaque no sistema educacional (Maksimovic, Milanovic e Zajic, 2022). Vukanovic (2022) inovou ao associar o sucesso da aprendizagem da matemática com a CNV no ambiente familiar, fundamentando em percepções empíricas e reiterando a importância do comprometimento da família com o desenvolvimento acadêmico e pessoal do estudante.

**Figura 4:** Categorização dos artigos sobre a Comunicação Não-Violenta aplicada à intervenções práticas na educação básica.

Comunicação não violenta na Escola – Intervenções Práticas					
Público alvo			Dimensão		
Educadores (professores e equipe pedagógica): Comunidade escolar: (estagiários, monitores, cuidadores, educadores sociais, recreacionistas, professores de educação física, Pedagogos e psicólogos)	Nacional 36% 28% a	Internacional 28,6%a 7,1%b	Ensino Formal: 76,5%a	Nacional 76,5%a	Internacional 75%a
Comunidade externa (Sociedade, família) Apenas estudantes: Apenas gestores: Currículo:	16%a 12%a 4%a 4%a	14,3%a 50%a 0%a 0%a	Ensino Não-Formal: 23,5%a	Internacional 25%a	
$\chi^2_{(3)}=23; P<0,001$					
Conceitos abordados		Documentos citados		Aplicação	
<b>Comunicação:</b> CNV (Comunicação Não Violenta) Aspectos verbais da Comunicação apreciativa no Jardim de Infância Linguagem Comunicação Construtiva Violência Linguística	<b>Documentos Internacionais e Nacionais sobre Educação e Violência:</b> Educação para o Século XXI (UNESCO); Base Nacional Curricular Comum (BNCC) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Decenio Internacional de una cultura de paz y no violencia para los niños del mundo" (UNESCO); Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil /2016 Protocolo Especial para a Proteção de Crianças e Estudantes contra a Violência, Abuso e Negligência em Instituições Educacionais" Estratégia Nacional da Áustria para a Prevenção da Violência Escolar	<b>Prevenção da Violência na Escola:</b> Desenvolver comportamentos para minimizar episódios agressivos na escola. Promover o desenvolvimento humano e da autonomia moral do sujeito. Comprometer-se com a sensibilização e transformação na resolução de conflitos pelo diálogo. Assumir a responsabilidade de modificar a realidade em cada escola, com uma gestão participativa que faça os estudantes acreditarem no poder de sua cidadania. Implementar os Círculos de Construção da Paz e Cerimônias de Abertura e Fechamento das Aulas como instrumentos para vivenciar práticas restaurativas.			
<b>Educação e Desenvolvimento:</b> Desenvolvimento Pessoal e Social Educação e Neurociência Educação Socioemocional Diversificação dos Métodos de Aprendizagem Metodologia Ativa Trabalho Colaborativo Trabalho Docente Direito à Escola de Qualidade Juventudes	<b>Programas e Iniciativas Educacionais:</b> Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar Programa de Convivência e Combate à Violência na escola Programa Aspectos Verbais da Comunicação Apreciativa no Jardim de Infância	<b>Desenvolvimento Social e Emocional:</b> Utilizar Ambientes Virtuais de Aprendizagem na EAD para melhorar comunicação e diminuir evasão. Reconhecer a influência do ambiente familiar e social não apenas no sucesso escolar, mas também na formação da personalidade do aluno. Adotar programas que promovam competências socioemocionais desde cedo, como forma de prevenir a violência nas crianças.			
<b>Psicologia e Moral:</b> Autonomia Moral Psicologia da Moral	<b>Organizações e Associações:</b> Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP, 2023)				
<b>Conhecimento, Aprendizagem e Pesquisa:</b> Biologia do Conhecer Teoria do Conhecer Epistemologia Genética Piagetiana Pesquisa-Ação Olhar Bioecológico	<b>Pacto e Acordo pela Paz Escolar:</b> Pacto pela Paz de Lajeado/RS				
<b>Violência e Agressão:</b> Bullying Violência Violência Escolar Frustraçao-Agressão Teorias da Agressão					
<b>Justiça e Democracia:</b> Justiça Democracia Justiça Distributiva Justiça Restaurativa					

Os valores foram comparados entre as categorias e entre as variáveis por meio do teste do qui-quadrado, seno as diferenças significativas ( $P<0,05$ ) acompanhadas por asterisco (\*) e letras distintas, respectivamente. Fonte: os autores

**Figura 5:** Análise crítica dos artigos sobre comunicação não violenta aplicada às intervenções práticas na educação básica considerando os valores identificados e o diálogo com a Bioética.



Fonte: os autores

Embora os conflitos mais complexos e de difícil solução sejam presenciados no ensino fundamental, se observou em pesquisas nacionais e internacionais de Piske, Garcia e Yunes (2020), no Brasil e Uruguai, e Schoppe e Stuck (2012), na Alemanha, um direcionamento da CNV para a educação infantil. A capacitação profissional promovida por Piske, Garcia e Yunes (2020) em educação ambiental evidenciou que a vivência da equipe multidisciplinar é fundamental para seu envolvimento. Enquanto Schoppe e Stuck (2012) partiram do fato de que habilidades empáticas em crianças ainda estão insuficientemente desenvolvidas, se constituindo no momento ideal para intervenção pedagógica para desenvolvimento de competências socioemocionais e prevenção

precoce da violência. A transposição da CNV na escola dos espaços presenciais para os virtuais foi proposta por Grossi *et al.* (2020) com a aplicação na EAD, um contexto em que a comunicação é limitada, uma vez que há predomínio da expressão escrita, o que dá margens a confusões e conflitos.

Os artigos analisados demostram a potencialidade de sinergia com as expectativas de inserção da Bioética no ensino básico. Fischer *et al.* (2022a) frisaram a necessidade de instrumentalizar o agende moral a fim de que seja hábil na compreensão do conteúdo e autônomo para a tomada de decisões (Figura 5).

## Discussão

Os resultados obtidos na presente revisão integrativa atestaram o potencial de aplicação da técnica da CNV em diferentes contextos culturais, geográficos e acadêmicos, contudo confirmando a hipóteses inicial, se destacou pelo acolhimento pela Educação. A mobilização de valores para promoção de uma educação pela paz igualmente encontra confluência com pressupostos bioéticos. Porém, a pesquisa também identificou que a técnica demanda por pré-requisitos que precisam ser adaptados para serem internalizados desde o ensino básico.

Os dados analisados, além de demonstrarem a heterogeneidade da dimensão internacional, atestam a validação da técnica por diferentes realidades. As diferenças observadas entre as produções nacionais e internacionais, quanto às abordagens teóricas/práticas, qualitativas/quantitativas, provavelmente demonstram estágios distintos de aplicação. Logo, beneficiar uma ou outra pode estar relacionado principalmente à massa crítica formada em cada área do saber. Esses resultados indicam o estágio da temática no contexto nacional no qual a compreensão dos conceitos e reflexões teóricas sobre a aplicação antecedem intervenções práticas em si tal como apontados por Santos (2018) na educação para a paz.

A incorporação da CNV na dimensão das Humanidades reflete sua origem de desenvolvimento para subsidiar a comunicação, internalizada como o cerne das relações humanas e, automaticamente, a articulação das dimensões pessoais, interpessoais e sociais (Rosemberg, 2006; Oliveira; Vieira; Coffi, 2021). A busca por estratégias para superação de violências estruturais e conjunturais demanda por uma nova perspectiva de resolução de conflitos que alie autenticidade e honestidade inseridas na compreensão do que é seu e do que é do outro. Para Oliveira, Vieira e Coffi (2021), construir e fortalecer a cultura da paz só será possível ao agregar os princípios dos direitos humanos.

A abordagem diferencial do cenário nacional esteve em inserir a CNV na área de negócios. Segundo Pereira *et al.* (2024), a busca por estratégias de gestão é especialmente importante em países em desenvolvimento como o Brasil em que o empreendedorismo se constitui em um meio e superar o desemprego. Contudo, a inabilidade de gestão, especialmente voltado para a equipe, se constitui em uma das causas para interrupção do funcionamento antes do primeiro ano. Pereira *et al.* (2024) pontuaram que o bom funcionamento de uma empresa requer boa relação interpessoal e processos que mitiguem ruídos de comunicação e valorize a empatia, diálogo, ambientes acolhedores e soluções pacíficas. Por outro lado, o cenário internacional se destacou por inserir a CNV na dimensão da Biomedicina o que, segundo Soalheiro (2024), conflui com as demandas na melhoria da comunicação médico/paciente, especialmente diante de inovação tecnológica na medicina e procedimentos ainda polêmicos.

O predomínio de pesquisas com CNV na temática educação reflete a expectativa do potencial do espaço acadêmico para o desenvolvimento de habilidades para a paz (Almeida; Roballo; Oliveira, 2020). Acresce-se a perspectiva de Koopman e Seliga (2021) de que a formação de cidadãos com essa habilidade é uma forma de servir à sociedade e promover mudanças estruturais em um mundo simultaneamente globalizado e polarizado.

O movimento Escola Nova, iniciado no final do século XIX e fortalecido no início do século XX, propôs uma educação centrada no aluno, na democracia e no pensamento crítico, influenciando reformas educacionais em diversos países. Seus princípios pedagógicos influenciaram práticas que contribuíram para a consolidação da Educação para a Paz (EPP) ao longo do século XX, especialmente após as Guerras Mundiais. A premissa defendida era que a educação, por meio de métodos pedagógicos inovadores mobilizadores de valores como a cooperação, a tolerância e o entendimento mútuo, poderiam desempenhar um papel fundamental na promoção da paz e na prevenção de conflitos.

O cenário internacional se pronunciou em pesquisas práticas no ambiente universitário. Segundo Koopman e Seliga (2021), as pesquisas com CNV não são tão frequentes em universidades, especialmente em diálogos difíceis como os que envolvem polarização política. A comunicação no ambiente universitário é naturalmente violenta se considerar a alta aplicação de julgamento e criticidade (Rosemberg, 2006), distanciamento emocional, diversidade de pontos de vista e abertura para manifestações e protestos.

Para Koopman e Seliga (2021), a educação superior reforça a violência cultural, política e psicológica, pois a linguagem adotada tende a controlar, intimidar e manipular. Acrescesse o fato de a sala de aula possuir normas particulares de

funcionamento, muitas vezes dificultando para o aluno aceitar que discutir suas emoções pode contribuir para seu aprendizado. Consequentemente, o domínio da prática demanda de tempo para que efetivamente seja aplicável no cotidiano, uma vez que os hábitos de comunicação são enraizados e de difícil modificação.

A abordagem qualitativa predominou nas pesquisas com CNV, cuja eficiência da técnica tem sido mais facilmente detectável, não corroborando com as análises quantitativas que demostram resultados controversos, tais como a dificuldade atrelada à prática da CNV com estranhos e com familiares (Koopman; Seliga, 2021). Segundo Koopman e Seliga (2021) e Knoener, Santos e Duarte (2022), embora os conceitos da CNV sejam fáceis de serem assimilados, eles são difíceis de serem colocados em prática. Especialmente devido à dificuldade em identificar sentimentos e necessidades, além de precisar de confiança para partilhar.

Koopman e Seliga (2021), previamente ao uso da CNV em debates difíceis, capacitaram seus estudantes universitários no conhecimento e reconhecimento de tipos de sentimentos e necessidades em si e no outro. Contudo, ensinar sobre sentimentos não é algo simples, especialmente em uma sociedade com deficiência em educação emocional, culminado em adultos infantilizados emocionalmente que impedem o desenvolvimento de habilidade empáticas e colaborativas. Segundo Allen (2007), a educação para a paz demanda uma consciência psicológica e formas de responder ao medo, insegurança e dificuldade em ter empatia por si mesmo (Connor; Killian, 2012). Koopman e Seliga (2021) pontuaram que se uma pessoa possui ferramentas de regulação emocional e consegue simplificar suas necessidades ela se liberta e se abre para necessidades do outro.

O emprego da CNV no ensino superior e básico são importantes e complementares, obviamente que investir no ensino básico é fundamental, especialmente em realidades atuais no qual as crianças estão se formando sem habilidades de comunicação e resolução de conflitos. Contudo, está condicionada a professores, equipe pedagógica e gestores igualmente preparados para aplicarem a técnicas deliberativas.

No ensino médio, Matos *et al.* (2021) pontuaram que a inserção da CNV representa uma contraposição aos modelos tradicionais que buscam a formação de sujeitos para o mercado de trabalho. O tecnicismo não agrega na construção de cidadãos conscientes, participativos e agentes morais da sociedade graças à processos de relações interpessoais. O Brasil está neste momento passando por uma reforma do ensino médio (Lei 13.415/207), a qual Cássio e Goulart (2022) definiram como uma tragédia social cujos pilares balizadores formados pela qualificação profissional, expansão da jornada escolar e liberdade no percurso formativo não tem logrado fornecer uma formação geral sólida. Esse cenário é especialmente impactante no ensino

público que contempla um montante de evasão e incapacidade para acessar o ensino superior ou empregabilidade. Ressalva-se que nessa estrutura não há espaço para o desenvolvimento de competências em deliberações coletivas, o que inevitavelmente irá impactar o estudante universitário.

O ensino infantil, para Schoppe e Stuck (2012), se constituiu no momento ideal para intervenção pedagógica para o desenvolvimento de competências socioemocionais e prevenção precoce da violência com consequências para os professores que serão modelos e mediadores, bem como nos alunos que serão impactos no seu desempenho acadêmico e nas relações humanas (Rodrigues; Carvalho; Melo, 2021). Contudo, deve-se considerar que o desenvolvimento emocional é um processo dinâmico equalizado nas interações entre a criança e o ambiente, cujo desenvolvimento global, no qual afeto, emoção, cognição e motricidade, se desenvolvem mutuamente e têm influência sobre a formação da autoestima e das relações sociais (Felipe, 2001; Chaves, 2023).

O cuidado parental estabelece um ambiente afetivo fundamental para o desenvolvimento emocional, sendo a linguagem um dos determinantes das formas de relações interpessoais (Machado; Facci; Barroco, 2011; Chaves, 2023), capacidade de empatia, transposição do egocentrismo e compreensão sobre as emoções dos outros (Hoffman, 1996; Machado; Facci; Barroco, 2011). O desenvolvimento da inteligência emocional é fundamental para que as crianças aprendam a gerenciar suas emoções, promovendo convivência pacífica (Gardner; Chen; Moran, 2009; Leite, 2019).

Os textos que trouxeram a aplicação da CNV no ensino básico envolveram intervenções exclusivamente para educadores, porém visando à formação estudiantil e docente por meio de ações de educação formal. Esses dados refletem a realidade nacional em que a formação e capacitação de professores é insuficiente (Santos, 2018; Weiller e Freitas, 2023), demandando investimento no primeiro nível dos intermediadores das técnicas deliberativas, particularmente inserida na dimensão formal do currículo (Santos-Junior; Fischer, 2020; Havryliv, 2020).

Motta (2019) demonstrou que a ética na formação docente requer mais do que conhecimento teórico, agregando vivências e reflexões contínuas sobre normas e valores. A curricularização da EPP foi defendida por Rodrigues e Becker (2020) e Reimer, Rodrigues e Oliveira (2019), como urgente e precoce, pois há um caráter processual a ser considerado, assim como as particularidades culturais para que se chegue à consolidação de uma cidadania global. Acresce-se a necessidade da adaptação dos processos educativos para crianças, especialmente as menores de 12 anos que ainda se encontram em níveis de desenvolvimento moral e cognitivos basais (Fischer et al., 2016, 2022b).

A Educação para o Século XXI foi um documento associado à CNV na educação básica, refletindo o posicionamento da ONU e UNESCO diante do caráter estrutural e global da violência, da importância de uma educação baseada em direitos humanos, reverberando nas políticas nacionais (Werthein; Cunha, 2000). O Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consideram os princípios de respeito e valorização da diversidade e a não-violência entre suas atribuições (Cruz; Salles-Filho, 2023). A BNCC (Brasil, 2018) acolhe as perspectivas da CNV uma vez que cita 93 vezes o termo comunicação e 71 vezes o termo ética, sendo considerada uma competência específica: identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos. O documento reforça e necessidade da formação ética como um elemento fundamental para a formação das novas gerações, uma vez que possibilita o sentido de responsabilidade e respeito ao ambiente e coletividade, o fortalecimento de valores sociais, a participação e o protagonismo autônomo (Rabbani, 2003).

Segundo Rodriguez *et al.* (2020), é possível discriminar nas escolas múltiplas formas de violência, de estudantes entre si, mas também envolvendo professores tais como violência verbal e física, recriminação, punições injustas, ridicularização, rejeição e cyber bullying. Desse modo, à luz da BNCC em consonância com a EPP, Rita *et al.* (2023) indicaram que o diálogo deve ser priorizado em situações de conflito e violência apontando a CNV como instrumento.

Os autores analisados, no geral, apontaram para urgência de fortalecimento de valores em prol da promoção da dignidade humana, dos direitos e deveres da cidadania política e da humanização das relações sociais. Os princípios da EPP como justiça social, direitos humanos, democracia e sustentabilidade são balizadores importantes da formação humana para a reflexão, criticidade e autonomia (Reimer; Rodrigues; Oliveira, 2019). Iniciativas estaduais como a apontada por Cruz e Salles-Filho (2023) para ao Paraná indicam a preocupação com valores como diálogo, direitos humanos, conflitologia, ecoformação e convivência pacífica na formação continuada e produção de material didático. Contudo, Arroyo (2002) pontuou que os atores envolvidos no processo educacional devem ter engajamento e participação ativa nas ações que visem à superação das desigualdades.

A mobilização de valores evidenciados nos textos analisados confirma o potencial da CNV como ferramenta de comunicação hábil em atender a expectativa de Fischer, Moser e Diniz (2016) de uma educação moral no ensino básico. Os autores fundamentaram sua proposta na teoria do desenvolvimento moral de Piaget e Kolberg e na aplicação de intervenções que promovam o amadurecimento, autonomia,

protagonismo e cidadania. Pesquisadores como Biagio (1997) propuseram para o ensino básico dinâmicas de grupos como meio para construção da competência moral a partir da imersão do estudante na realidade como protagonista de decisões para dilemas éticos. Bem como, a elevação do nível de maturidade moral a partir da observação da performance de seus pares. Contudo há uma confluência na perspectiva dos autores de que a formação do moral dos docentes é um pré-requisito para os sucessos das intervenções educativas.

A Bioética Deliberativa tem sido aplicada no campo profissional e na formação superior, contudo, seus princípios também podem ser transpostos para a formação básica. Segundo Durand (2010), a tradição, a ciência e o consenso são as três fontes de regulação social, sendo o diálogo uma importante aptidão humana, que demanda de técnica e ética tendo como regras básicas o combate à intimidação, manipulação e mentira. Assim, por meio da articulação entre a subjetividade e arbitrariedade o diálogo deve visar a verdade objetiva reconhecendo e aceitando a presença, a diferença e a equivalência moral do outro. Logo, espera-se como resultado o consenso, o desacordo ou o compromisso.

Embora, o consenso se expresse como resultado e procedimento almejado, para Durand (2010) o melhor desfecho é o compromisso, pois acolhe o reconhecimento de todos os atores, os quais podem não concordar plenamente com a deliberação, mas o suficiente para aceitá-la. Zoboli (2016) reiterou a deliberação moral como detentora de valores e deveres associados a fatos que permitem um caminho razoável, prudente e realizável. Logo, não intenciona a decisão ideal, universal e certa. Gracia (2001) categorizou os juízos morais em três fases deliberativas: momento dos fatos, lógico e cognitivo; a valorização emocional; e o dever da realização volitiva. Contudo o valor não é um dado concreto da sensação ou da percepção, uma vez que os fatos congregam valores e estes sustentam os deveres, consequentemente o dever ético é a realização dos valores. Complementarmente, os valores mobilizados nas pesquisas com CNV em educação básica igualmente demonstram atender pressupostos de outras correntes da bioética e potencial para o desenvolvimento em diferentes perspectivas.

Os artigos analisados demonstraram o potencial de aplicação da Bioética Principalista na educação básica ao promover práticas pedagógicas, currículos e interações escolares visando um ambiente educacional justo, inclusivo e respeitoso. Adiciona-se a priorização do desenvolvimento integral dos alunos, considerando tanto seus direitos quanto suas necessidades individuais e coletivas. Embora esta corrente tenha como concepção original a tentativa de criar um framework ético prático e aplicável a situações biomédicas, seus pressupostos podem ser universalmente aplicáveis na

tomada de decisões éticas complexas (Paranhos, 2017), uma vez que incorpora os princípios fundamentais de autonomia, beneficência, não maleficência e justiça.

No contexto escolar a autonomia foi identificada na promoção da participação ativa dos alunos em discussões e decisões coletivas, tais como regras de convivência e escolhas de atividades extracurriculares, e sequente acolhimento de suas opiniões balizadas pelo desenvolvimento de pensamento crítico. O princípio da beneficência foi inserido na promoção de um ambiente que priorize a inclusão e o bem-estar físico e emocional. O princípio da não maleficência se manifesta na prevenção do *bullying* e na promoção de ambientes fisico e moralmente seguros. Por fim, o princípio da justiça se manifestou na igualdade de acesso aos recursos educacionais.

Os artigos analisados demonstraram que o potencial de aplicação da Bioética de Intervenção na educação básica da criação de uma escola mais justa, segura e inclusiva, comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes. A proposta de Garrafa (2005) foi enraizada em preocupações sociais, econômicas e políticas, com uma ênfase na justiça social, na equidade e na defesa dos direitos humanos. Sua natureza interdisciplinar visa à compreensão mais ampla dos problemas sociais e a elaboração de soluções integradas associadas ao conceito dos “4 Ps”: Prevenção, Precaução, Proteção e Prudência. Esses elementos estão alinhados com a missão de transformar realidades sociais, especialmente em contextos de desigualdade. Na realidade escolar a prevenção visa antecipar problemas e agir antes que eles surjam, tais como o *bullying*, a violência e saúde física e mental. A precaução possibilita a tomada medidas cautelosas para evitar riscos e assegurar um ambiente escolar seguro, tais como avaliar o impacto de novas tecnologias como a inteligência artificial, e garantir políticas inclusivas. A proteção defende os direitos e a dignidade dos alunos, especialmente dos mais vulneráveis. A prudência está associada à tomada de decisões cuidadosas e equilibradas visando a avaliar as consequências das ações pedagógicas. Por fim, incluiu-se o princípio da perseverança que fortalece o compromisso contínuo com o desenvolvimento dos alunos por meio do acompanhamento e promoção de um ambiente de aprendizagem persistente e resiliente.

Nos artigos analisados também foi identificada sinergia com a Bioética Ambiental que se fundamenta, principalmente, no princípio da responsabilidade, uma vez que envolve a obrigação moral de indivíduos, comunidades e instituições de agir de forma ética em relação ao meio ambiente e à sociedade (Fischer *et al.*, 2017). A responsabilidade construída e aprimorada ao longo da formação escolar enfatiza a necessidade de consequências sobre as ações sobre os outros seres humanos, outras espécies e o ecossistema. Logo, assume uma dimensão que transcende o individualismo e abrange a interconexão intergeracional, social, ecológica e global, exigindo uma

abordagem que integre a sustentabilidade ambiental com a justiça social, assegurando um engajamento socioambiental e que todas as formas de vida possam coexistir de maneira equilibrada e equitativa.

## Considerações finais

Os dados obtidos com o recorte proporcionado pela presente revisão integrativa responderam à pergunta norteadora atestando que a CNV já está validada e incorporada em espaços deliberativos formais e nos diferentes níveis de ensino em pesquisas nacionais e internacionais. Bem como confirmaram a hipótese de que a CNV tem sido amplamente utilizada no ensino básico, buscando a superação de violências estruturais e conjecturais. Embora as pesquisas não associem diretamente a sinergia com o ensino da bioética, a aplicação na aprimoramento da tomada de decisões e a busca de uma educação para a paz encontra acolhimento em diferentes correntes bioéticas. Contudo, tanto a CNV como a bioética deliberativa requerem um diálogo empático cujos sentimentos, valores e interesses pessoais e do outro devem ser reconhecidos e respeitados, de forma a se estabelecer um comprometimento coletivo. Consequentemente demandando pela superação da deficiência de educação emocional no desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

Os contextos científicos nacional e internacional se diferenciaram essencialmente no tipo de pesquisa teórica/prática e quali/quantitativa, caracterizando o estágio de desenvolvimento de mobilização e internalização das competências para a aplicação da técnica, bem como de uma avaliação precisa dos resultados das intervenções. Cada nível de ensino encontra desafios próprios para superação da violência, enquanto no ensino superior deve-se transformar a linguagem controladora, intimidadora e manipuladora; no ensino médio busca-se suplantar a formação tecnicista que compromete a consolidação do investimento na formação da cidadania promovida no ensino fundamental norteadas por documentos oficiais. A educação infantil, embora considerado o momento ideal para o desenvolvimento de competências socioemocionais, é dependente de uma sinergia com ambiente escolar e familiar. Apesar das pesquisas de aplicação da CNV no ensino superior terem sido mais frequentes internacionalmente, as intervenções nacionais voltadas para o ensino básico envolveram a capacitação da equipe pedagógica, demonstrando a necessidade de investimento na formação superior. Consequentemente, a aplicação da CNV no ensino superior deve ser simultânea com o básico, retroalimentando o estudante que ingressa na faculdade já dotado de competências socioemocionais e o professor formado competente na deliberação coletiva.

A sinergia entre a educação para século XXI, a CNV e a bioética no ensino básico agregam a necessidade de formação de professores, curricularização e desenvolvimento de técnicas e processos adaptados ao nível de desenvolvimento cognitivo e maturidade moral dos estudantes. Os valores mobilizados nos textos analisados confluíram com pressupostos da Bioética Deliberativa, Principalista, Intervencionista e Ambiental, demonstrando o potencial de sinergia para promoção de uma escola promotora de bem-estar, inclusiva, igualitária, justa que enfrente com proteção, prevenção prudência, precaução e perseverança a violência e assegure a formação de cidadãos autônomos, participativos, protagonistas, críticos e conscientes de suas obrigações morais com indivíduos, comunidades, instituições e natureza.

A aplicação da CNV nos processos deliberativos bioéticos tem o potencial de promover o compromisso e o engajamento socioambiental, resultando em um aprimoramento da comunicação em um mundo globalizado. Nesse contexto, uma tomada de decisões complexas exige a articulação de perspectivas multidisciplinares e multiculturais, fundamentadas em valores e interesses diversos, que precisam ser equilibradas para viabilizar um futuro sustentável para as atuais e futuras.

## Referências

- ALLEN, Douglas. Mahatma Gandhi on violence and peace education. *Philosophy East and West*, v. 57, n. 3, p. 290-310, 2007. DOI: 10.1353/pew.2007.0029. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20109407>. Acesso em: 26 jul. 2024.
- ALMEIDA, Cristóvão Domingos; ROBALLO, Lins; OLIVEIRA, Simone Barros de. Comunicação não violenta e círculo de diálogo com equipes multidisciplinares. *Diálogos Interdisciplinares*, v. 9, n. 3, p. 74-87, 2020.
- ARNESEN-TRUNZO, Melissa D. Identifying techniques for encouraging compassionate communication: supporting behaviour for international primary school students in Shanghai, China. *Open Journal of Social Sciences*, v. 3, n. 6, p. 50-60, 2015. DOI: 10.4236/jss.2015.36011. Disponível em: [https://www.scirp.org/pdf/JSS\\_2015052211571268.pdf](https://www.scirp.org/pdf/JSS_2015052211571268.pdf). Acesso em: 17 set. 2024.
- ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação & Sociedade*, v. 31, p. 1381-1416, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400017>. Acesso em: 17 set. 2024.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BIAGGIO, Angela Maria Brasil. Kohlberg e a “Comunidade Justa”: promovendo o senso ético e a cidadania na escola. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 10, n. 1, p. 47-69, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000100005>. Acesso em: 19 set. 2024.
- BOTLER, Alice Miriam Happ. Juventude e escola: violência e princípios de justiça em escolares de ensino médio. *Cadernos Cedes*, v. 40, p. 26-36, 2020. DOI: 10.1590/CC220208. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cedes/a/6kyYX3yQpPtkDd6xFBmrg5f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação - PNE., 26 jun 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 19 set. 2024.

CAMPO, Louise Ariane da; PARZIANELLO, Geder Luis. A comunicação não violenta no mercado de trabalho da mulher jornalista. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 20, n. 42, 2021. DOI: 10.5902/2175497741040. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/41040/pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da Escola**, v. 16, n.35, p.285-293,2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620/1108>. Acesso em: 19 set. 2024.

CHAVES, Érica Cristina Braga. Uma proposta integrativa entre Piaget, Wallon, Vygotsky e Bronfenbrenner, para aperfeiçoamento dos estilos parentais no desenvolvimento intelectual e formação emocional. **Revista Formadores**, v. 16, n. 1, 2023. DOI: 10.25194/rf.v16i1.1628. Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/1628/1142>. Acesso em: 19 set. 2024.

CONNOR, Jane Marantz; KILLIAN, Dian. **Connecting across differences: Finding common ground with anyone, anywhere, anytime**. Encinitas, CA: PuddleDancer Press, 2012.

CRUZ, Catharina Eugeni Schier da; SALLES-FILHO, Nei Alberto. A promoção da educação para a paz na educação básica, através da educação física: análise das produções (2007-2016) do programa de desenvolvimento educacional do Paraná à luz das cinco pedagogias da paz. **Caderno Pedagógico**, v. 20, n. 7, p. 3005-3021, 2023. DOI: 10.54033/cadpedv20n7-030. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/1559/1614>. Acesso em: 19 set. 2024.

CRUZ, Eduardo Picanco; CUNHA, Jéssica Silveira; FONTANILLAS, Carlos Navarro. Aplicação dos Métodos de Borda e da Análise Hierárquica para Avaliar as Decisões Coletivas: um Estudo sobre a Preferência por Refrigerantes em uma Cidade no Interior. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/12016104.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

DURAND, Guy. **Introdução Geral à Bioética**. São Paulo: Loyola, 2010. 431 p.

DZAFAEROVIC, Mirsada. The effects of implementing a program of nonviolent communication on the causes and frequency of conflicts among students. **Teme-Casopis Za Drustvene Nauke**, v. 42, n. 1, p. 57-74, 2018. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=668801>. Acesso em: 19 set. 2024.

FELIPE, Jane. O desenvolvimento infantil na perspectiva sociointeracionista: Piaget, Vygotsky, Wallon. **Educação Infantil: pra que te quero**. Rio de Janeiro: Artmed, 2001.

FISCHER, Marta Luciane; MOSER, Ana Maria; DINIZ, Ana Laura Furlan. Bioética e Educação: A utilização do nivelamento moral como balizador para construção de um agente moral consciente, autônomo e reflexivo. In: RENK, Valquiria. **Bioética e educação múltiplos olhares**. Curitiba: Prismas, 2016. p. 33-67.

FISCHER, Marta Luciane; CUNHA, Thiago; RENK, Valquiria; SGANZERLA, Anor; SANTOS, Juliana. Da ética ambiental à bioética ambiental: antecedentes, trajetórias e perspectivas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 24, n. 2, p. 391-409, 2017. DOI: 10.1590/S0104-59702017000200005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/j/RWj3SRjRfx8yZSXrtvvQC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2024.

FISCHER, Marta Luciane; ROSANELI, Carolina Fernandes; FARIA, Marina Kobai; MARTINS, Gerson Zafalon. E-caminho do diálogo: ambientes virtuais como espaço coletivo de construção ética. **Revista Bioética**, v. 30, n. 2, p. 258-271, 2022. DOI: 10.1590/1983-8042202302523PT. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/Sb9TLX9VLLYdgMHM34rXqvk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2024.

FISCHER, Marta Luciane; LUMMERTZ, Thierry Betazzi; SANTOS-JUNIOR, Robiran José dos; ARTIGAS, Natalia Aline Soares. **Bioética na escola: ensinando os caminhos da deliberação para as crianças**. Curitiba: CRM-PR, 2022.

GARDNER, Howard; CHEN, Jie-Qi; MORAN, Seana. **Inteligências múltiplas.** Porto Alegre: Penso Editora, 2009.

GARRAFA, Volnei. Da bioética de princípios a uma bioética intervenciva. *Rev. bioét.* v. 18, p. 125-134, 2005. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/revista\\_bioetica/article/view/97](https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/97). Acesso 19 set. 2024.

GIGOSKI, Iarana de Castro; PACHECO, Luci Mary Duso. Cultivando a convivência pacífica: comunicação não violenta na mediação de conflitos escolares. *Revista Transmutare*, v. 9, 2024. DOI: 10.3895/rtr.v9n0.18531. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rtr/article/view/18531/10247#>. Acesso em: 19 set. 2024.

GOMES, Doris; APARISI, Juan Carlos Siurana. Deliberação coletiva: uma contribuição contemporânea da bioética brasileira para as práticas do SUS. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 15, p. 347-371, 2017. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00052. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00052>. Acesso em: 19 set. 2024.

GRACIA, Diego. La deliberación moral: el método de la ética clínica. *Med Clin (Barc)*, v. 117, n. 1, p. 18-23, 2001. DOI: 10.1016/S0025-7753(01)71998-7. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0025775301719987>. Acesso em: 19 set. 2024.

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro; LEAL, Debora Cristina Cordeiro Campos; ELIAS, Michele Cristina Almeida de Sousa.; GROSSI, Breno Henrique Ribeiro. Neurociência, comunicação não violenta e educação a distância: possíveis aproximações. *Cadernos da FUCAMP*, v. 19, n. 38, 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2060>. Acesso em: 19 set. 2024.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: História breve da humanidade.** 1. ed. São Paulo: Elsinore, 2013.

HAVRYLIV, Oksana. Verbale Aggression und verbale Gewalt: Aspekte zum Einbeziehen in den Sprachunterricht. *Linguistische Treffen in Wrocław*, v. 18, n. 2, p. 137-151, 2020. Disponível em: <https://www.ceol.com/search/article-detail?id=915335>. Acesso em: 19 set. 2024.

HOFFMAN, Martin L. Empathy and moral development. *The Annual Report of Educational Psychology in Japan*, v. 35, p. 157-162, 1996. DOI: 10.5926/arepj1962.35.0\_157. Disponível em: [https://www.jstage.jst.go.jp/article/arepj1962/35/0/35\\_157/\\_pdf-char/en](https://www.jstage.jst.go.jp/article/arepj1962/35/0/35_157/_pdf-char/en). Acesso em: 19 set. 2024.

IBIAPINA, Aricelma Costa. Violência sexual infantojuvenil intrafamiliar / Domestic sexual violence against children and adolescents. *REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA*, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 472-487, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/238>. Acesso em: 18 set. 2024.

JACKSON, Gregg B. Methods for integrative reviews. *Review of Educational Research*, v. 50, n. 3, p. 438-60, 1980. DOI: 10.3102/00346543050003438. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/00346543050003438>. Acesso em: 19 set. 2024.

JANISSEK-MUNIZ, Raquel; LESCA, Humbert; FREITAS, Henrique. Inteligência estratégica antecipativa e coletiva para tomada de decisão. *Revista Organizações em Contexto*, v. 2, n. 4, p. 92-118, 2006. DOI: 10.24883/IberoamericanIC.v1i1.6. Disponível em: <https://iberoamericanic.org/rev/article/view/6/15>. Acesso em: 19 set. 2024.

KNOENER, Darlene Ferraz; SANTOS, Natália Cristina Pupin; DUARTE, Lídia Morcelli. A promoção da convivência ética e a prevenção da violência na escola: Considerações sobre a formação docente. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, p. e022094-e022094, 2022. DOI: 0000-0001-7384-7024. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/16954/13587>. Acesso em: 19 set. 2024.

KOOPMAN, Sara; SELIGA, Laine. Teaching peace by using nonviolent communication for difficult conversations in the college classroom. *Peace and Conflict Studies*, v. 27, n. 3, p. 2, 2021. DOI: 10.46743/1082-7307/2021.1692. Disponível em: <https://nsuworks.nova.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1692&context=pcs>. Acesso em: 19 set. 2024.

LEITE, Rosa Domingues. O papel da escola na apropriação da inteligência emocional. *Revista Científica Educ@ção*, v. 3, n. 5, p. 605-621, 2019. Disponível em: <https://www.eev.com.br/revistaeducacaoemfoco/3%20-%20Rosa%20Domingues%20Leite%20-%202011%20a%202027.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

LOOS, Helga; ZELLER, Thomas Vincenz. Aprendendo a “brigar melhor”: administração de conflitos sem violência na escola. **Interação em Psicologia**, v. 11, n. 2, 2007. DOI: 10.5380/psi.v11i2.7471. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/7471>. Acesso em: 19 set. 2024.

MACHADO, Letícia Vier; FACCI, Marilda Gonçalves Dias; BARROCO, Sonia Mari Shima. Teoria das emoções em Vigotski. **Psicologia em Estudo**, v. 16, p. 647-657, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/cvL9hMXKctvZpzF3nLFdyYw/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2024.

MAKSIMOVIC, Jelena; MILANOVIC, Nedeljko M.; ZAJIC, Jelena Osmanovic. The role of action research in the prevention of violent communication of students. **Research in Pedagogy**, v. 12, n. 1, p. 216-225, 2022. DOI: 10.3316/informit.526524834250533 . Disponível em: <https://search.informit.org/doi/abs/10.3316/informit.526524834250533>. Acesso em: 19 set. 2024.

MALAGARI, Claudia Natali; LOPES, Edilaine Vieira; SCHLESNER, Gabriela Martins. A importância da comunicação não-violenta nos processos pedagógicos para o desenvolvimento regional. **Formação de Professores em Revista-Faccat**, v. 2, n. 1, p. 56-69, 2021. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/formacao/article/view/2179>. Acesso em: 19 set. 2024.

MARQUES, Fernanda Telles; ASSUNÇÃO, Fernanda Oliveira Franco. Percepções docentes sobre violência institucional escolar e assédio moral horizontal. **REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 246-266, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/270>. Acesso em: 18 set. 2024.

MATOS, Alan Henrique de Melo.; DA SILVA, Ananda Fernandes Rodrigues.; DA SILVA, Mylena Paz; DA COSTA, Lairton Jose. Comunicação não violenta no ambiente escolar: Educar para a paz. **Revista Diálogos Acadêmicos IESCAMP**, v. 5, n. 1, p. 14-25, 2021. Disponível em: <https://revista.iescamp.com.br/index.php/redai/article/view/99/68>. Acesso em: 19 set. 2024.

MATSATSINIS, Nikolaos F.; GRIGOROUDIS, Evangelos; SAMARAS, Athanasius. Aggregation and disaggregation of preferences for collective decision-making. **Group Decision and Negotiation**, v. 14, p. 217-232, 2005. DOI: 10.1007/s10726-005-7443-x. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10726-005-7443-x>. Acesso em: 19 set. 2024.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Teoria Crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis. **Opinião Pública**, v. 19, p. 49-64, 2013. DOI: 10.1590/S0104-62762013000100003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000100003>. Acesso em: 19 set. 2024.

MOTTA, Ana Raquel. A dimensão ética na formação de professores para a paz e os direitos humanos. **Revista Encantar**, v. 1, n. 3, p. 237-258, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8727>. Acesso em: 19 set. 2024.

OLIVEIRA, Otavio Lima. Comunicação não-violenta como ferramenta pedagógica: por uma prática docente propositiva e colaborativa. **Revista Perspectiva Sociológica**, v. 24, p. 97-114, 2019. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/>. Acesso em: 19 set. 2024.

OLIVEIRA, Simone Barros de; VIEIRA, Monique Soares; COFFI, Maria Fernanda Avila. Educação para a paz e direitos humanos: a contribuição da comunicação não violenta. **Verum: Revista de Iniciação Científica**, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeiniciacaocientifica/article/view/88>. Acesso em: 19 set. 2024.

PARANHOS, Flávio R. L. Bioética principalista. **Thaumazein: Revista Online de Filosofia**, v. 10, n. 19, p. 39-54, 2017. Disponível em: [https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/thaumazein/article/view/1978/pdf\\_1](https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/thaumazein/article/view/1978/pdf_1). Acesso em: 19 set. 2024.

PEREIRA, Felipe Reis; WELLICHAN, Daniele da Silva. P.; GEJÃO, Fernanda de Carvalho; GARCIA, Nathália Medina. Parcerias profissionais em uma escola pública dos anos finais do ensino fundamental: ações necessárias para a realidade atual. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 11, n. 26, p. 227-240, 3 jan. 2024. DOI: 10.55028/pdres.v11i26.19189. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/19189/13482>. Acesso em: 19 set. 2024.

PISKE, Eliane Lima; GARCIA, Narjara Mendes; YUNES, Maria Angela Mattar. Práticas educativas ambientais na formação de educadores das infâncias. *Texto Livre*, v. 14, n. 1, p. e25698, 2021. DOI: 10.35699/1983-3652.2021.25698. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tl/a/p4vJdNNGRcKCWDL5nSLsvzK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2024.

PRIGOZHIN, Arkadii Il'ich. Game Methods of Collective Decision Making in Management Consulting. *Soviet Education*, v. 33, n. 12, p. 25-45, 1991. DOI: 10.2753/RES1060-9393331225. Disponível em: <https://doi.org/10.2753/RES1060-9393331225>. Acesso em: 19 set. 2024.

QUINTANA, Carmem L. P. Cristais Partidos e Comunicação Não Violenta no Cotidiano Empresarial. *Revista Cadernos de Negócios*, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revista.unifeso.edu.br/index.php/cadernosdenegocios/article/view/2519>. Acesso em: 19 set. 2024.

RABBANI, Martha Jalali. Educação para a paz: desenvolvimento histórico, objetivos e metodologia. *Cultura de Paz*, p. 63, 2003. Disponível em: [https://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a\\_pdf\\_dh/cartilha\\_cultura\\_da\\_paz.pdf#page=63](https://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dh/cartilha_cultura_da_paz.pdf#page=63). Acesso em: 19 set. 2024.

REIMER, Ivoni Richter; RODRIGUES, Elisa; OLIVEIRA, Hélyda di. Educar para a paz: a paz como educação. *Caminhos - Revista de Ciências da Religião*, v. 17, p. 436-444, 2019. DOI: 10.18224/cam.v16i2.6810. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/cam.v16i2.6810>. Acesso em: 19 set. 2024.

REMÍGIO, Arthur Nunes. A comunicação não-violenta aplicada ao contexto escolar de Mossoró/RN: uma análise dos relatos de experiências de facilitadores de práticas restaurativas. *Revista Estudantil Manus Iuris*, v. 1, n. 2, p. 67-85, 2020. DOI: 10.21708/issn2675-8423.v1i2a9876.2020. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rmi/article/view/9876/10471>. Acesso em: 19 set. 2024.

RITA, Francine Michele; DAGANI, Cassiane; DA SILVA, Everaldo. Comunicação não violenta e educação para a paz: ferramentas de diálogo para educadores do município de Brusque/SC no pós-pandemia. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, v. 17, n. 2, p. 14-34, 2023. DOI: 10.13140/RG.2.2.10084.09608. Disponível em: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.10084.09608>. Acesso em: 19 set. 2024.

RODRIGUES, Francisco Alex; CARVALHO, Sayara Sá de Felipe; MELO, Adriana Soely André de Souza. Alfabetização das Competências Socioemocionais na Educação Infantil: Habilidades para a Vida. *ID on line. Revista de Psicologia*, v. 15, n. 54, p. 150-170, 2021. DOI: 10.14295/idonline.v15i54.2952. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2952/4633>. Acesso em: 19 set. 2024.

RODRIGUES, Natália dos Reis; BECKER, Maria Luiza Rheingantz. Jogos cooperativos e sua contribuição na educação para a paz. *Temas em Educação Física*, v. 5, n. 1, p. 96-111, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218596/001122769.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 set. 2024.

RODRÍGUEZ, Víctor Domínguez; DEAÑO, Manuel; GONZÁLEZ, Fernando Tellado. Incidencia de los distintos tipos de violencia escolar en Educación Primaria y Secundaria. *Universidade de Vigo*, España, 2020. DOI: 10.17811/rifie.49.4.2020.373-384. Disponível em: <https://reunido.uniovi.es/index.php/AA/article/view/15424/13462>. Acesso em: 19 set. 2024.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Editora Agora, 2006.

SANTOS, Maria Angélica da Silva Costa. A comunicação não violenta como instrumento para uma cultura de paz: uma proposta para as escolas da rede estadual de Sergipe. *Ideias e Inovação - Lato Sensu*, v. 4, n. 2, p. 89, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/ideiasinovacao/article/view/5611>. Acesso em: 19 set. 2024.

SANTOS-JUNIOR, Robiran José; FISCHER, Marta Luciane. A vulnerabilidade do professor diante dos desafios da educação ambiental. *Cadernos de Pesquisa*, v. 50, n. 178, p. 1022-1040, 2020. DOI: 10.1590/198053147037. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v50n178/1980-5314-cp-50-178-1022.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

SCHOPPE, Sebastian; STÜCK, Marcus. Wertschätzende Kommunikation in Kindertagesstätten. **Prävention und Gesundheitsförderung**, p. 1-8, 2012. DOI: 10.1007/s11553-012-0352-3. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11553-012-0352-3>. Acesso em: 19 set. 2024.

SOALHEIRO, Luiza. Mediação e comunicação não violenta: meios viáveis para a melhoria da relação médico-paciente. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 22, n. 7, p. e5570-e5570, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n7-019. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/oel/article/view/5570>. Acesso em: 19 set. 2024.

SOUZA, Cristiane Vilhena; SANTOS, Kátia Paulino. Desafios na resolução de conflitos no ambiente escolar: práticas restaurativas na educação. **Inovação & Tecnologia Social**, v.1, n. 2, p.119-140, 2019. DOI:10.47455/2675-0090.2019.1.2.2049. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/2049>. Acesso em: 19 set. 2024.

SUZIC, Nenad.; LUKA, Banja.; MARIC, Tatjana; MALESEVIC, Dane. Effects of nonviolent communication training program on elementary school children. **Arctic**, v. 71, n. 8, p. 3-10, 2018. Disponível em: <https://d1wqxts1xle7.cloudfront.net/61858519/>. Acesso em: 19 set. 2024.

TATTERSALL, Ian. Language and the origin of symbolic thought. **Cognitive Archaeology and Human Evolution**. Cambridge: University Press, 2009.

TOBASE, Lúcia, CARDOSO, Sandra, RODRIGUES, Renata...PERES, Heloise. Comunicação não violenta como tecnologia leve no contexto da enfermagem: revisão integrativa. **Enfermagem Brasil**, v. 21, n. 5, p. 621-635, 2022. DOI: 10.33233/eb.v21i5.4936. Disponível em: <https://doi.org/10.33233/eb.v21i5.4936>. Acesso em: 19 set. 2024.

TRINDADE, Elaine Ap Berlanga; CRUZ, Vanessa Santos; TRINDADE, Dorival Paula. A aplicação da técnica de comunicação não violenta (CNV) no relacionamento entre líder e liderado em ambiente de teleatendimento. **Revista Intraciência**, p. 12, 2017. Disponível em: [https://unesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170531140359.pdf](https://unesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531140359.pdf). Acesso em: 19 set. 2024.

TROMBETTA, Sérgio; PEREIRA, Vilmar Alves; ZITKOSKI, Jaime José. Atualidade da teoria crítica nos processos de formação: desafios para pensar a educação para a paz após Auschwitz. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 39, n. 1, p. e392320, 2023. DOI: 10.30681/21787476.2023.E392320. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/21787476.2023.E392320>. Acesso em: 19 set. 2024.

VUKANOVIC, Nemanja. The relationship between the type of communication in the family and the success of students in mathematics in the fifth grade. **Drustvene i humanisticke studije**, v. 7, n. 4 (21), p. 503-520, 2022. DOI: 10.51558/2490-3647.2022.7.4.503 . Disponível em: <https://dhs.ff.untz.ba/index.php/home/article/view/838>. Acesso em: 19 set. 2024.

WEILER, Márcia Léia Bomm; FREITAS, Amílcar Cardoso Vilaça de. Caminhos para a paz: comunicação não violenta e práticas de justiça restaurativa como potencializadoras de habilidades socioemocionais. **Simbiótica: Revista Eletrônica**, v. 10, n. 3, p. 134-167, 2023. DOI: 10.47456/simbitica.v10i3.38764. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/38764>. Acesso em: 19 set. 2024.

WERTHEIN, Jorge, CUNHA, Célio da. Fundamentos da nova educação. **Cadernos UNESCO Brasil: série educação**, 5. 2000. Disponível, em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129766>. Acesso em: 17 set. 2024.

WHITMORE, Robin. Rigour in integrative reviews. In: WEBB, C.; ROE, B. Reviewing research evidence for nursing practice: systematic reviews. p. 149-156, 2007. DOI: 10.1002/9780470692127.ch11. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9780470692127.ch11>. Acesso em: 19 set. 2024.

ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. Bioética clínica na diversidade: a contribuição da proposta deliberativa de Diego Gracia. **Bioethikos**, v. 6, n. 1, p. 49-57, 2012. Disponível em: <https://repositorio.usp.br>. Acesso em: 19 set. 2024.